



Corrupção ainda não levou nenhum sergipano à cadeia

Promotoria avalia que as brechas na legislação favorecem a impunidade

Paulo Rolemberg
DA EQUIPE JC

Foram 829 ações julgadas de 902 existentes, relativas à improbidade administrativa e ações penais de crimes contra a administração pública que entraram até o fim de 2011 no Judiciário sergipano, mas apesar dos números satisfatórios, ninguém está preso por esses crimes. Trocando em miúdos: não há presos por corrupção em Sergipe, o que também acontece no Acre, no Ceará, no Maranhão e no Rio Grande do Norte. Para representantes do Ministério Público e da Polícia, o fator principal para tal impunidade é a leniência da legislação brasileira. A pena mínima para esses tipos de atos são de dois anos, mas não prevê punições de caráter penal aos infratores. Atualmente existem cerca de 80 inquéritos policiais abertos em Sergipe que apuram esses atos.

Segundo a delegada Danielle Garcia, diretora do Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap), criado em 2009, a legislação brasileira dificulta a punição aos infratores. "Por exemplo, governadores, prefeitos, deputados tem foro privilegiado, o que acaba dificultando ainda mais as investigações", criticou ela. Para a delegada, o Judiciário não pode ser responsabilizado pela não detenção das pessoas envolvi-

das nesses tipos de crime. "São crimes que não cabem prisão, por isso fica essa sensação de que nada foi feito e todos continuam impunes", analisou.

Danielle Garcia frisou que o Deotap tem intensificado as investigações e, hoje, encontram-se nas mãos das duas delegadas, aproximadamente, 80 processos investigativos. "São ex-governadores, ex-prefeitos, funcionários públicos que estão sendo investigados", comentou ela,

sem querer citar nomes dos envolvidos. Segundo a delegada, a apuração dos crimes de improbidade administrativa e ações penais de crimes con-

tra a administração pública são mais complexos nas investigações. "Temos que fazer levantamento contábil, entre outras especificações", disse ao lembrar que conta com a colaboração de vários órgãos públicos no trabalho policial.

A delegada esteve à frente da maior operação realizada pelo Deotap denominada "Castelo de Cartas" que desarticulou em junho de 2011 uma rede criminoso acusada de fraudar licitações em cidades do interior. Foram 17 pessoas presas, fruto de uma investigação que durou 14 meses. Os

policiais cumpriram mandados de prisão e de busca e apreensão nos municípios de Canindé de São Francisco, Arauá, Malhador, Itabaianinha, Rosário do Catete e Japaratuba.

"Não é culpa de juiz, mas sim de uma leniência da legislação", disse o promotor de Justiça, Jarbas Adelino, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Segundo ele, mesmo que ocorra con-

denação, os infratores não são presos. "São prisões apenas provisórias. As pessoas não são presas. Esse tipo de crime não resulta em pena restritiva de

liberdade", disse ele.

Adelino ressaltou que tem dúvidas de que existam pessoas presas em algum Estado do país referente aos crimes de improbidade administrativa ou crime contra a administração pública. "Se há algum preso ou porque foi uma prisão recente ou então deve sair em breve", disse o promotor de Justiça.

O promotor de Justiça disse que com a aprovação do projeto que transforma a corrupção em crime hediondo pelo Senado, a sensação de impunidade deverá mudar. Com a mudança, os condenados por corrup-

ção perdem direito a anistia, indulto e pagamento de fiança para deixarem a prisão - e também terão mais dificuldades para conquistar liberdade condicional e progressão da pena.

Dados do CNJ

De acordo com dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça de Sergipe ficou em segundo lugar no cumprimento da Meta 18, que se refere ao julgamento de processos de improbidade administrativa e ações penais de crimes contra a administração pública que tramitam há mais de um ano e meio na Justiça. Dos 902 processos, 829 foram julgados o que equivale a 91,91%. Com isso, o Judiciário sergipano ficou atrás apenas do TJ do Paraná que já cumpriu 98,8% da meta.

Dos 829 processos julgados pelo TJ de Sergipe, 98 foram de improbidade administrativa e 731 ações penais de crimes contra a administração pública todos em 2012. Este ano ainda não ocorreram julgamentos em relação a esses dois tipos de crime. Inicialmente não há informações de quantos foram condenados ou absolvidos.

A previsão do CNJ é que até dezembro deste ano, todos os processos de improbidade administrativa e ações penais de crimes contra a administração pública que entraram até o fim de 2011 no Judiciário sejam julgados.

▼ "NÃO É CULPA DO JUIZ, MAS DA LENIÊNCIA DA LEI, QUE MESMO QUANDO OCORRE CONDENÇÃO, OS INFRATORES NÃO SÃO PRESOS"